ACOMPANHAMENTO E AVALIAÇÃO DOS IMPACTOS DA SECA 2012

1º RELATÓRIO

24 DE FEVEREIRO DE 2012

GOVERNO DE PORTUGAL
MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, DO MAR, DO AMBIENTE E DO ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO

ÍNDICE

Nota Introdutória **4**

Súmula do Relatório **6**

1. AVALIAÇÃO METEOROLÓGICA **8**

1.1 Teor de Água no Solo 10

1.2 Precipitação no Ano Hidrológico 11

1.3 Comparação das secas 2005 e 2012 11

1.3.1 Representação espacial do índice PDSI em fevereiro 13

2. AVALIAÇÃO HIDROLÓGICA **14**

2.1 Recursos hídricos disponíveis 14

2.2 Regadio 17

3. IMPACTO NA AGRICULTURA – Avaliação Regional **18**

3.1 Região Norte 19

3.1.1 Pastagens Naturais e Semeadas/ Culturas Forrageiras e Cereais para Grão 19

3.1.2 Sementeiras/Plantações e Recursos Hídricos 20

3.1.3 Citrinos e Hortícolas 20

3.1.4 Risco de Incêndios 20

3.2 Região Centro 21

3.2.1 Prados, Pastagens e Culturas Forrageiras 21

3.2.2 Cereais de Outono/Inverno 21

3.2.3 Citrinos e Hortícolas 21

3.2.4 Recursos Hídricos 22

3.3 Lisboa e Vale do Tejo 22

3.3.1 Prados, Pastagens e Culturas Forrageiras 22

3.3.2 Cereais de outono/inverno 23

3.3.3 Citrinos e Hortícolas 23

3.3.4 Recursos hídricos 23

3.4 Alentejo 24

3.4.1 Prados, Pastagens e Culturas Forrageiras. 24

3.4.2 Cereais de Outono/Inverno 24

3.4.3 Citrinos 25

3.5 Algarve 25
3.5.1 Prados, pastagens e culturas forrageiras 25
3.5.2 Cereais de Outono/Inverno 26
3.5.3 Citrinos 26
3.5.4 Frutos Subtropicais (Abacates) 26
3.5.5 Horticultura 26
3.5.6 Prunóideas 27
3.5.7 Viveiros 27
4. OUTROS IMPACTOS 27
4.1 Fitossanidade e Geadas negras 27
4.2 Fitossanidade e seca 28
4.3 Conservação da Natureza 29
4.4 Prevenção e combate aos incêndios florestais 29
5. MEDIDAS DE MITIGAÇÃO E APOIOS 29
5.1 Medidas de derrogação administrativa 30
5.2 Medidas de antecipação de pagamento de ajudas 30
5.3 Medidas excecionais 31
5.4 Medidas Divulgação 31
Anexo I 32
Anexo II 33

Nota Introdutória

O ano hidrológico 2011/2012, que em outubro registava uma precipitação um pouco abaixo do normal (média 1971 – 2000), prosseguiu em novembro muito chuvoso, mas começou a inversão desta progressão em dezembro, em que já 83% do território continental apresentava seca fraca e 6% moderada. O agravamento do défice de pluviosidade continuou e janeiro, com apenas cerca de um quinto da precipitação normal, colocou em seca severa 11% do território, em moderada 76% e fraca 13%.

Estava generalizada a todo o território uma situação de carência de queda pluviométrica, não muito acentuada, mas já a repercutir-se na evolução da atividade agrícola.

Sabendo-se que o seu avanço depende das condições que vierem a registar-se nos próximos meses, iniciou-se uma atuação com antecipação, colocando no terreno os meios que permitissem a observação dos desenvolvimentos e dos efeitos provocados, a fim de acautelar a defesa do setor.

Deste modo, foi criado pela Senhora Ministra da Agricultura, do Mar, do Ambiente e do Ordenamento do Território um *Grupo de Acompanhamento e Avaliação dos Impactos da Seca 2012*, com a seguinte composição:

- Gabinete de Planeamento e Políticas (GPP), que coordena.
- Instituto Português do Mar e da Atmosfera, I.P.
- Direções Regionais de Agricultura (DRAP):
- Direção Geral de Agricultura e Desenvolvimento Rural (DGADR)
- Direção Geral de Alimentação e de Veterinária (DGAV)
- Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas, I.P. (ICNF)
- Agência Portuguesa do Ambiente, I.P. (APA)
- Instituto de Financiamento da Agricultura e Pescas, I.P. (IFAP)
- Autoridade de Gestão do PRODER
- Representantes dos Gabinetes do MAMAOT

As entidades do MAMAOT envolvidas são as que detêm competências para assegurar o acompanhamento da situação meteorológica, hidrológica e agrícola.

A este Grupo foram cometidas responsabilidades de monitorização, de avaliação dos efeitos e de apresentação de propostas para mitigação dos efeitos da seca.

Nos domínios em que urgia intervir (meteorológico, hidrológico, agrícola) as entidades competentes dispunham de instrumentos implementados para proceder ao respectivo acompanhamento e avaliação, pelo que houve apenas que reforçar a coordenação desses sistemas e adequá-los à cadência que se impõe para cumprir devidamente a sua missão, respondendo em tempo e com qualidade aos interesses dos sectores em causa.

Em sequência foram identificados todos os possíveis níveis de atuação de cada entidade, os quais se encontram plasmados num Plano de Ação aprovado pela tutela.

Neste Plano ficou também expressa uma intenção de preparação de orientações para prevenção, atenuação e capacidade de reação atempada em eventuais ações futuras, o que se justifica pela constatação da regularidade de ocorrência destes fenómenos de seca, bem como do seu agravamento.

Este relatório revela a caracterização da situação existente nos vários domínios abordados, não expondo ainda um quadro de avaliação quantitativa exaustiva de quebras de produção e de rendimento, pois essa informação exige a disponibilidade de mais algum tempo para que se complete o que se encontra executado e se consolidem todos os dados, tendo em conta que os efeitos da seca têm um efeito cumulativo ao longo do ano hidrológico e da campanha agrícola.

Sem este conhecimento geral é impossível identificar as situações prioritárias, canalizando os esforços para as mesmas.

As competências atribuídas a cada organismo e a experiência profissional dos meios humanos mobilizados para esta ação avalizam a necessária fundamentação de quaisquer medidas a propor para atenuação dos danos provocados por esta situação de seca.

As DRAP, como órgãos descentralizados, constituirão os focos de observação no terreno, ação que tem vindo a assegurar desde o início da situação da seca.

O Grupo irá atuar em permanência, reunir quinzenalmente e produzir, para já, um relatório com igual periodicidade.

Está já previsto na próxima reunião do grupo de trabalho a auscultação às Organizações de Agricultores, enquanto representantes dos sectores de atividade mais afetados, para aprofundar a análise em curso.

No quadro do previsível aprofundamento desta situação, os dados e informações recolhidos permitirão elaborar a base de fundamentação técnica para o contacto com as instâncias comunitárias no quadro dos apoios destinados ao sector.

Dentro de uma atuação de contingência serão mobilizados, progressivamente, os meios necessários para fazer face à situação de seca e, caso se venha a justificar, será alargada a participação a organismos públicos de outros ministérios, no quadro de uma atuação coordenada.

Súmula do Relatório

a) Situação meteorológica e hidrológica

- Os dados meteorológicos existentes indicam, à data de 15 de fevereiro, que 70% do território do Continente se encontra em seca severa e 5% em seca extrema. Contudo, é de apontar que face à última ocorrência de seca, no ano de 2005, a situação ainda não é tão grave. Com efeito, em 2005 nesta altura, cerca de metade do território estava em seca severa e a outra em seca extrema. As previsões de que se dispõe são para um curto período de tempo e apontam para uma manutenção da falta de pluviosidade.
- A precipitação acumulada apresenta um valor muito baixo, que já se verificava em janeiro. O ano hidrológico 2011/12 tem um desvio significativo em relação a um ano normal (média 1971 – 2000).
- Em relação à capacidade de água utilizável pelas plantas em 15 de fevereiro de 2012, verifica-se que as percentagens de água no solo variam entre 50 e 69% ao longo do território do Continente. Em grande parte da região Sul, os valores já são inferiores 50%, nomeadamente onde os solos têm menor capacidade de retenção para a água.
- Quanto à capacidade de armazenamento de água disponível, dos cerca de 11 km3 potenciais, cerca de 70% está preenchida, sendo que a maior parte dessa capacidade está concentrada a Sul do Tejo, estando neste sentido o Norte do País mais penalizado.
- As reservas hídricas de maior dimensão, quer superficiais quer subterrâneas, partem de um estado de aprovisionamento muito confortável, não se prevendo, por agora, que venham a existir limitações no abastecimento, ou mesmo na rega, nos principais empreendimentos de regadio público. Apenas as reservas de pequena dimensão (aproveitamentos hidro-agrícolas privados e pequenas massas de água subterrâneas) apresentam já alguns problemas, tendo em conta a sua utilização no período de Inverno.

b) Impactos no terreno- atuais e previsíveis

Em termos gerais, os impactos sentidos no terreno serão essencialmente de incidência agrícola, A este nível foram identificados os seguintes efeitos, até à data:

- Escassez de alimentos naturais para animais (forragens, prados e pastagens permanentes) constitui de momento o problema mais sentido ao nível do setor agrícola, estando os produtores, em algumas regiões, a recorrer às reservas que detinham para o Verão.
- Aumento dos preços de alimentos grosseiros para animais (fenos e palhas), está a implicar o aumento dos encargos com a alimentação animal.
- É previsível que possam ocorrer algumas quebras de produção nos cereais de sequeiro de Outono/Inverno, por se ter atingido uma situação irreversível de reduzido desenvolvimento vegetativo.

- Aumento da dotação de rega nas culturas de regadio de outono/inverno (hortícolas e culturas permanentes como os citrinos), com acréscimo de custos de produção (água e energia).
- A par da falta de pluviosidade, as temperaturas baixas têm gerado, em alguns pontos do país (particularmente Oeste e Algarve) quebras de produção nas culturas hortícolas, devido especialmente à geada negra.
- Prevê-se, caso a situação se agrave, o desenvolvimento precoce de pragas nas culturas permanentes, devido às baixas temperaturas e à falta de humidade, e o aumento de risco de incêndios florestais.
- Em termos gerais, o agravamento da situação de seca no território continental vai acarretar um aumento do impacto já referido e um eventual alargamento das consequências negativas a outras culturas (primavera/verão, por redução de água disponível) e escassez em algumas reservas hídricas subterrâneas.

c) Medidas de mitigação e apoios.

- Está já identificado um conjunto de medidas baseadas em derrogações de natureza administrativa e/ou antecipação de ajudas comunitárias para fazer face ao aumento dos encargos dos agricultores. Todas elas se encontram em estudo, necessitando, em alguns casos, de ser apresentadas para aprovação, à Comissão Europeia.
- Em função da auscultação ao setor produtivo e do possível agravamento da atual situação de seca, está já em avaliação o acionamento de medidas excecionais para fazer face ao acréscimo de custos de produção.

1. AVALIAÇÃO METEOROLÓGICA

O Instituto de Meteorologia, I.P. (IM), no âmbito da monitorização do clima de Portugal Continental, dá particular atenção às situações de seca que ocorrem no território, sendo esta monitorização efetuada com base em dados essencialmente da precipitação e da temperatura, obtidos na rede de estações do Instituto. Em 2009 o IM institucionalizou o Observatório para as secas meteorológicas, que está disponível *online* no *link*:

http://www.meteo.pt/pt/oclima/observatoriosecas/

Os objetivos do Observatório são os seguintes:

- Efetuar a monitorização da evolução das situações de seca meteorológica através de dois índices de seca (PDSI[1] e SPI[2]) calibrados para o território de Portugal Continental;
- Dar informação do grau de severidade da seca;
- Produzir uma antevisão da evolução, através de cenários, cujas probabilidades de ocorrência são baseadas nas previsões mensais de precipitação do Centro Europeu de Previsão do Tempo a Médio Prazo, ECMWF (do qual o IM é membro).

Em 15 de fevereiro de 2012, de acordo com o índice meteorológico de seca PDSI (Figura 1) a situação de seca agravou-se em termos de intensidade, relativamente a 31 de janeiro, estando agora 70% do território na classe de seca severa com uma distribuição geográfica pela generalidade do território continental e 5% de seca extrema em bolsas localizadas no Norte Litoral e Douro.

[1] Para análise da seca em Portugal Continental, o IM vem utilizando o índice PDSI (*Palmer Drought Severity Index*) o qual foi desenvolvido por Palmer em 1965 e implementado e calibrado para Portugal Continental em 2003 (Pires, 2003). Este índice baseia-se no conceito do balanço da água tendo em conta dados da quantidade de precipitação, temperatura do ar e capacidade de água disponível no solo e permite detetar a ocorrência de períodos de seca classificando-os em termos de intensidade (fraca, moderada, severa e extrema).
http://www.meteo.pt/pt/oclima/observatoriosecas/pdsi/apresentacao/definicao/

[2] Entretanto tem vindo a ser trabalhado no IM um outro índice, o SPI (*Standardized Precipitation Index*), designadamente através da participação em projetos de investigação, como por exemplo, recentemente no projeto "Gestão de Risco em Secas", liderado pelo Instituto Superior de Agronomia da Universidade Técnica de Lisboa. No Observatório de secas implementou-se a execução regular do índice SPI por bacias hidrográficas para Portugal Continental.
http://www.meteo.pt/pt/oclima/observatoriosecas/spi/apresentacao/definicao/

Figura 1 - Distribuição espacial do índice de seca meteorológica PDSI em 31 janeiro (esq.) e em 15 de fevereiro (dir.) de 2012

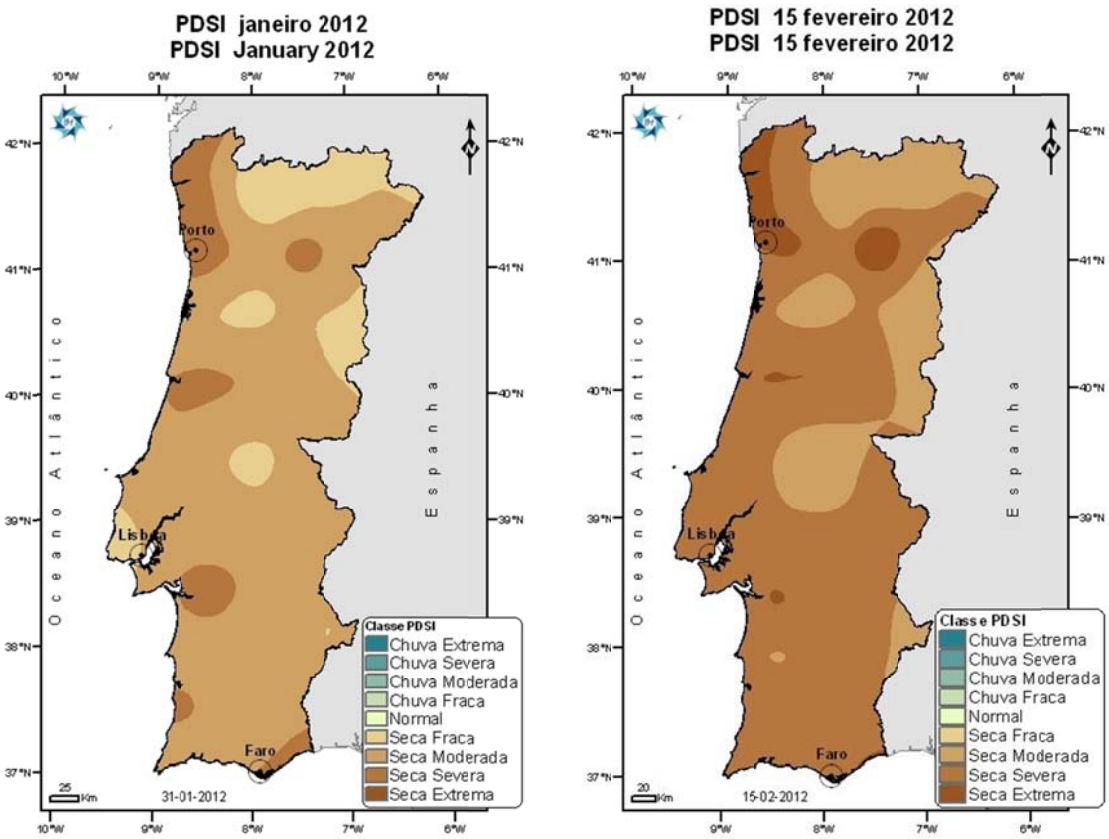
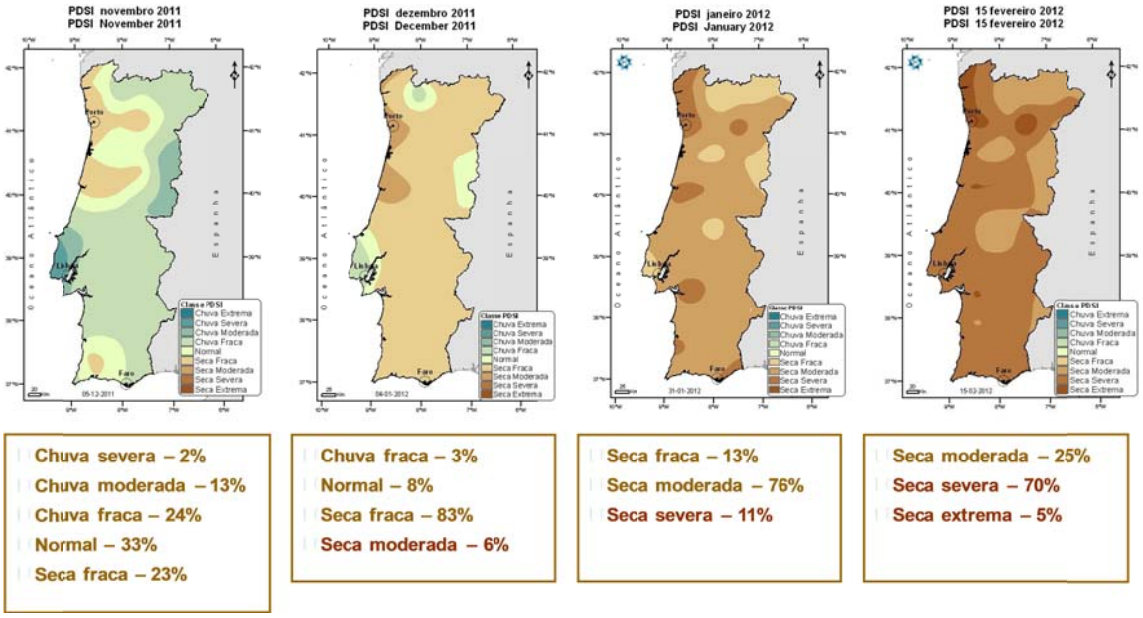


Tabela 1- Percentagem do território em seca

Classes PDSI	% de território afetado	
	31 janeiro 2012	15 fevereiro 2012
chuva moderada	0	0
chuva fraca	0	0
normal	0	0
fraca	13	0
moderada	76	25
severa	11	70
extrema	0	5
Total (seca severa+extema)	11	75

Na figura 2 apresenta-se a evolução do índice PDSI desde novembro de 2011.

Figura 2 - Distribuição espacial do índice de seca meteorológica PDSI entre 30 de novembro 2011 e 15 de fevereiro de 2012



1.1 Teor de Água no Solo

A Figura 3 representa os valores em percentagem de água no solo, em relação à capacidade de água utilizável pelas plantas em 15 de fevereiro de 2012, onde se verifica que grande parte da região Sul já está com valores inferiores a 50%, onde os solos têm, em geral, menor capacidade de retenção de água.

Nas restantes regiões do Continente as percentagens de água no solo variam entre 50 e 69%.

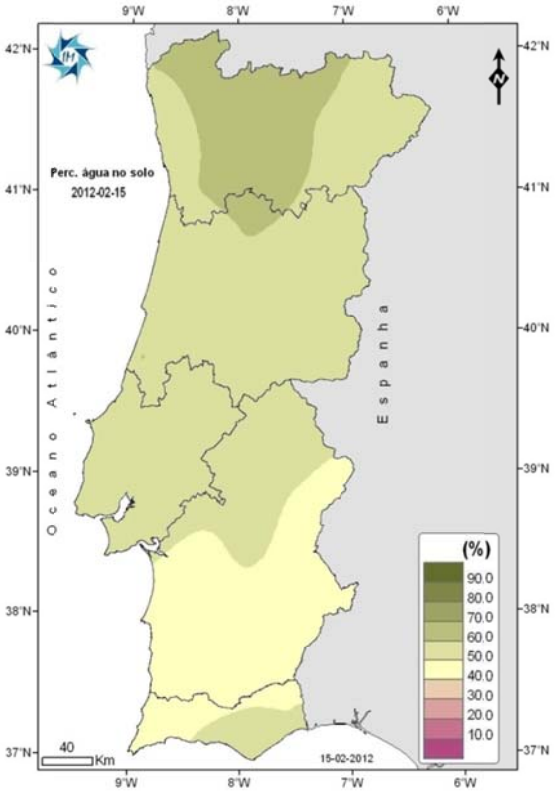


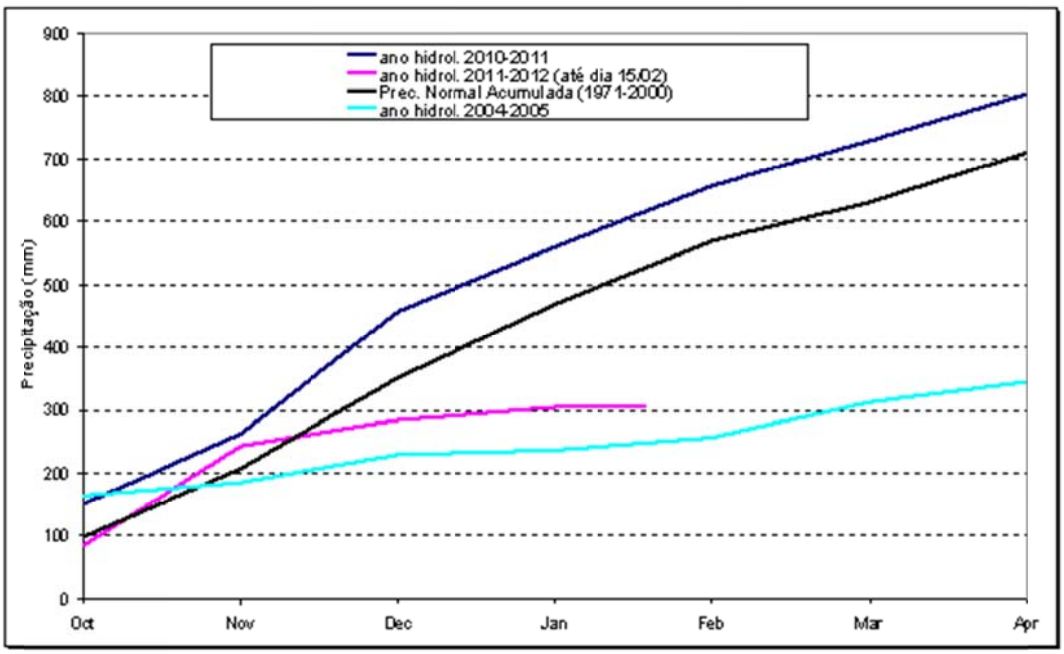
Figura 3 - Percentagem de água no solo em 15 de fevereiro de 2012

1.2 Precipitação no Ano Hidrológico

Na tabela 2 apresenta-se para Portugal Continental os valores médios de precipitação acumulada no ano hidrológico 2011/2012, no período de 1 de outubro de 2011 até 15 de fevereiro de 2012, verificando-se que é muito inferior ao respetivo valor da normal (1971-2000), mas ainda superior ao que se verificava no ano hidrológico 2004-2005.

Tabela 2 - Precipitação mensal nos anos hidrológicos (outubro a fevereiro) de 2004-2005, 2011-2012 e valor médio 1971-2000 (valores médios para Portugal Continental) ** valor apurado até 15 de fevereiro 2012*

Precipitação mensal no ano hidrológico (mm)						
Ano Hidrológico	Out	Nov	Dez	Jan	Fev	Total
2004-2005	164.4	21	44.2	7.2	19.7	256.5
2011-2012	84.8	158.3	41.2	20.4	2.2*	306.9
Normal 1971-2000	98.2	109.4	144.0	117.3	100.1	569.0



1.3 Comparação das secas 2005 e 2012

Uma das situações de seca mais graves em Portugal Continental, foi a que ocorreu no período de novembro 2004 a fevereiro de 2006.

Na tabela 3 apresentam-se as percentagens de território afetado pela situação de seca meteorológica, onde se verifica que em 15 de fevereiro de 2005 a situação de seca

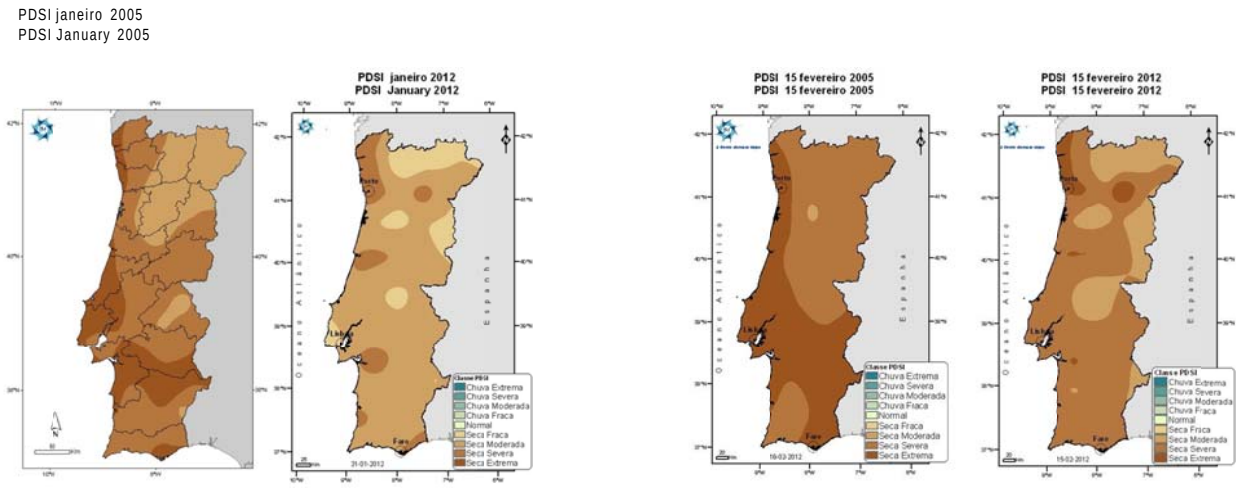
meteorológica era mais grave do que a registada em 15 de fevereiro 2012, uma vez que em 2005 havia mais 41% do território em seca extrema e mais 24% nas classes de seca severa e extrema do que em 2012.

Na figura 5 apresenta-se a distribuição espacial do índice PDSI em 31 de janeiro e em 15 de fevereiro de 2005 e de 2012, onde se verifica que as regiões mais afetadas em 2005 eram quase todo o litoral ocidental, grande parte do interior centro/sul e o sotavento Algarvio, enquanto que em 2012 a região mais afetada é o litoral Norte e parte do Douro.

Tabela 3 – Percentagem de território afetado pela seca meteorológica

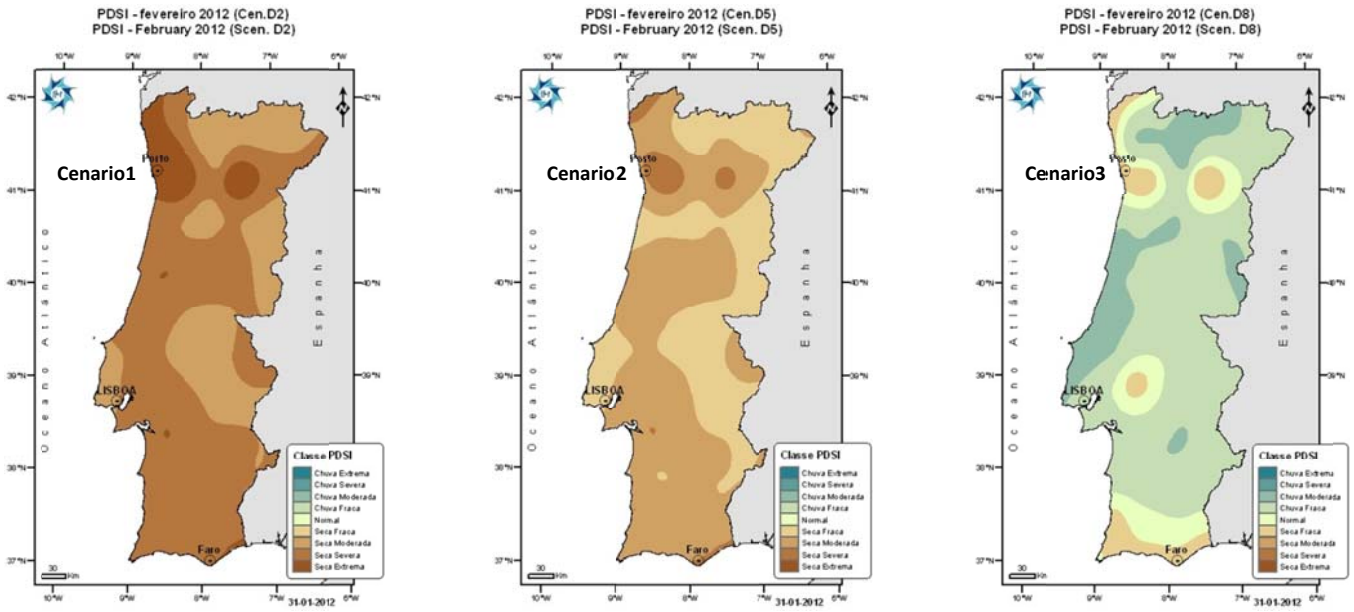
Classes PDSI	% de território afectado							
	30 nov 2011	30 nov 2005	31 dez 2011	31 dez 2005	31 jan 2012	31 jan 2005	15 fev 2012	15 fev 2005
chuva severa	2	0	0	0	0	0	0	0
chuva moderada	7	0	0	0	0	0	0	0
chuva fraca	56	0	3	0	0	0	0	0
normal	21	1	8	0	0	0	0	0
fraca	14	47	83	30	13	0	0	0
moderada	0	47	6	48	76	25	25	1
severa	0	**5**	0	**20**	**11**	**53**	**70**	**53**
extrema	0	0	0	**2**	0	**22**	**5**	**46**
Total (seca severa+extema)	**0**	**5**	**0**	**22**	**11**	**75**	**75**	**99**

Figura 5 - Distribuição espacial do índice de seca meteorológica em 31 janeiro e em 15 de fevereiro de 2005 e de 2012



A evolução da situação de seca meteorológica para o final do mês de fevereiro 2012, tendo em conta a situação no final de janeiro de 2012, baseia-se na estimativa do índice PDSI, para 3 cenários diferentes de ocorrência da quantidade de precipitação (figura 6).

Figura 6 - Distribuição espacial do índice de seca meteorológica para 29 fevereiro para 3 cenários diferentes de ocorrência da quantidade de precipitação

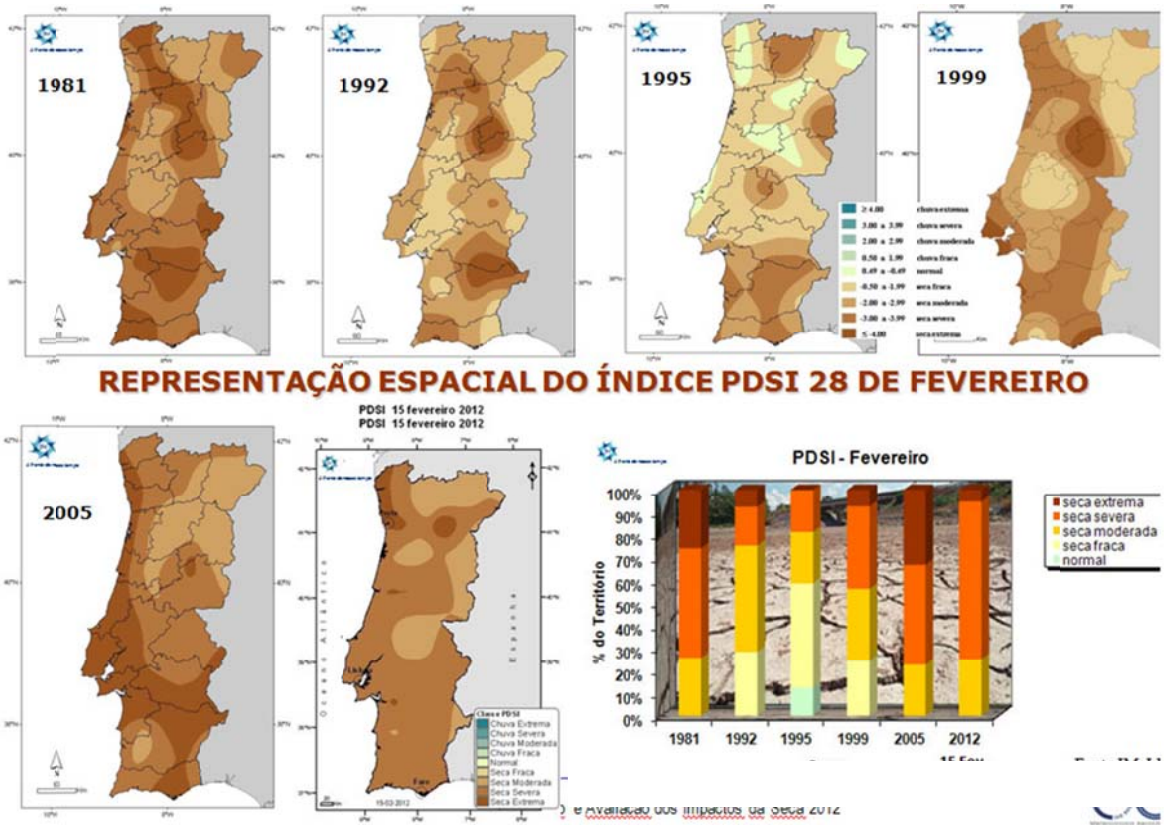


Se os valores da quantidade de precipitação em fevereiro 2012 forem muito inferiores ao normal (Cenário 1 – decil 2), espera-se um agravamento da situação de seca, aumentando a área em seca extrema (8%). Se a precipitação for próxima do normal (cenário 2 – decil 5) espera-se uma ligeira diminuição da severidade da seca em relação a 31 de janeiro 2012 (4% severa). Se a precipitação fosse muito superior ao normal (cenário 3 – decil 8) conduziria ao fim da situação de seca em quase todo o território, embora este cenário seja muito improvável na presente data.

1.3.1 Representação espacial do índice PDSI em fevereiro

Na figura 9 apresenta-se a representação espacial do índice PDSI no final de fevereiro para as secas mais significativas em Portugal Continental.

Figura 9 – Distribuição espacial e gráfica do índice de seca meteorológica PDSI para as secas de 1981, 1992, 1995, 1999, 2005 e 2012

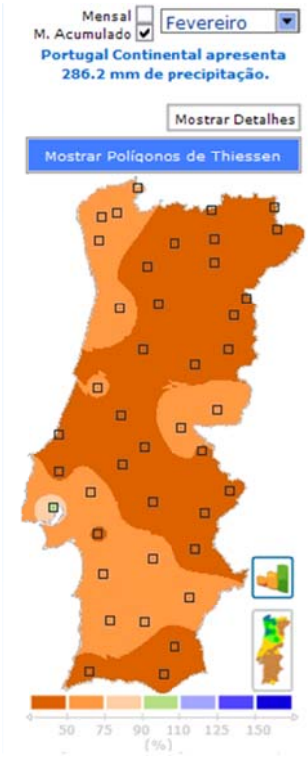


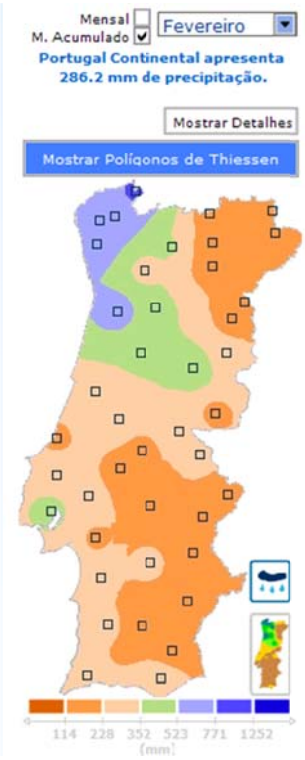
2. AVALIAÇÃO HIDROLÓGICA

2.1 Recursos hídricos disponíveis

A informação que se segue foi obtida a partir do Sistema Nacional de Informação de Recursos Hídricos (SNIRH).

O sistema de monitorização dos recursos hídricos nacionais é suportado por uma base de dados preparada para armazenar e divulgar publicamente dados hidro-meteorológicos e de qualidade da água (superficial e subterrânea), recolhida na rede de monitorização de recursos hídricos do MAMAOT (através do portal do sistema http://snirh.pt). A rede de monitorização é composta por estações automáticas e convencionais, estando algumas equipadas com teletransmissão.





Os totais de precipitação acumulados desde o início do ano hidrológico até ao final de fevereiro apresentam desvios em relação ao valor médio para a maioria do território continental superiores a 50% (Figura acima, à esquerda).

As zonas mais afetadas são as correspondentes à bacia do Douro (tanto afluentes da margem direita como da esquerda, as zonas de cabeceira do Zêzere, bacia do Lis (no Oeste), bacias do Sorraia, Caia e Degebe (afluentes da margem direita do Guadiana), e as bacias da região do Algarve.

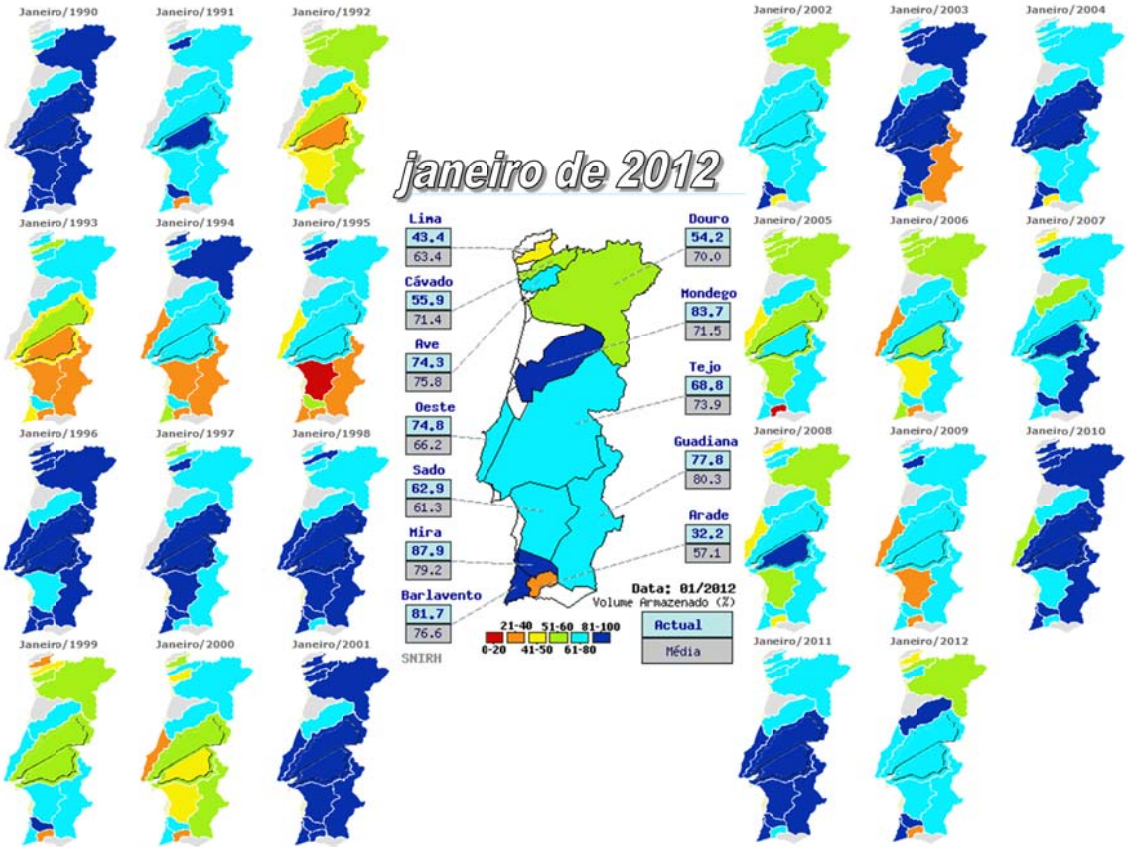
Os totais de precipitação estão em torno dos 300mm. São superiores ao ocorrido no ano hidrológico de 2004/2005, e configuram uma situação próxima da do ano hidrológico de 2007/2008, ainda que com diferente distribuição temporal, conforme foi descrito no ponto da avaliação meteorológica.

Na Figura acima e à direita, é apresentada a distribuição espacial dos totais de precipitação acumulada de outubro de 2011 a fevereiro de 2012.

Numa avaliação, em termos regionais destacam-se as seguintes constatações:

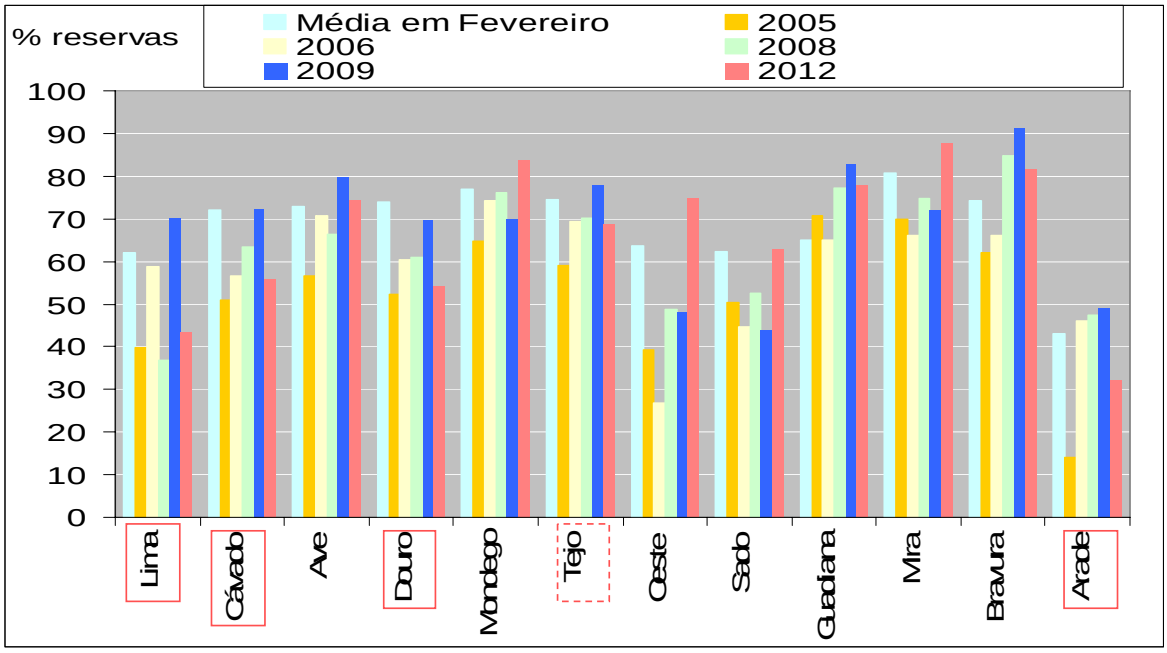
- Na região de Lisboa a acumulação de precipitação está ligeiramente abaixo da média devido ao forte contributo da precipitação de outubro e novembro, mas evidencia a tendência assintótica com o tempo da curva de acumulação desde o mês de dezembro.
- Na região de Trás-os-Montes apenas a precipitação de novembro se evidenciou acima da média, pelo que a curva de acumulação está mais afastada das condições médias.O mesmo acontece na região algarvia.

- O comportamento assintótico das curvas de acumulação de precipitação incutiu o mesmo andamento às curvas de acumulação das reservas superficiais e subterrâneas. Porém, mercê dos dois anos anteriores se classificarem como médios em termos de precipitação, os totais armazenados nas principais albufeiras do País encontram-se dentro da média.
- No caso da bacia do Tejo, face a uma utilização da água superior aos valores médios no período abril-maio de 2011, a situação de armazenamento não recuperou significativamente acima da média, pelo que presentemente se encontra abaixo desta.
- No caso das bacias do norte de Portugal o afastamento das condições médias é maior por conjugação de precipitação inferior à média e uma diminuição dos volumes armazenados superior à média. No caso da bacia do Cávado tal ficou a dever-se à necessidade de abaixamento desses níveis para possibilitar intervenções nos órgãos de descarga.
- Mas a componente hidroeléctrica está, na bacia do Mondego, mais do que reforçada face às condições médias.
- Em resumo, dos cerca de 11 km3 de capacidade disponível, cerca de 70% está preenchida, sendo que a maior parte dessa capacidade está concentrada a Sul do Tejo, estando neste sentido o Norte do País mais penalizado – ver anexo I.



Em termos comparativos, a situação de armazenamento no último dia de janeiro de 2012 face à das últimas duas décadas, não é preocupante, mas, evidentemente, requer acompanhamento circunstanciado, principalmente nos pequenos armazenamentos de capacidade em torno do hectómetro cúbico ou abaixo deste. Mais uma vez se nota que as piores situações em termos de armazenamento advêm de períodos plurianuais de seca (início e final da década de 90 e períodos subsequentes à seca de 2004/2005).

Em suma, a situação de armazenamento por bacia hidrográfica, comparativamente aos valores mais recentes, não se apresenta como a mais crítica, mesmo excluindo o ano excecional de 2005. Nas bacias do Norte do País é mais visível a proximidade de condições de armazenamento esperadas para o final de Fevereiro de 2012 com a vivida nos anos 2006 e 2008 do que no Sul, à exceção da bacia do Arade. Ainda assim nesta última não foi considerado para o efeito de igualdade de condições de base o armazenamento entretanto criado na barragem de Odelouca que está em fase de primeiro enchimento e que poderá vir a reforçar as disponibilidades de água na bacia do Arade.



2.2 Regadio

A previsão de campanha de rega nos regadios de iniciativa estatal apresenta-se moderadamente otimista, conforme dados fornecidos pela FENARREG (Federação das Associações de Regantes - ver anexo II).

Nele podemos observar, analisando os volumes armazenados e a garantia de campanha de rega, que existem algumas situações de risco elevado e extremo que poderão exigir medidas de

rateio, embora a maioria das albufeiras se apresentem num nível normal ou de risco moderado em relação à garantia de fornecimento para a atual campanha de rega.

- Caso 1 – Barragem de Odivelas (Aproveitamento Hidroagrícola de Odivelas): embora as disponibilidades atuais sejam baixas face ao volume necessário para a campanha de rega e o elevado volume morto da Albufeira, é possível o reforço a partir de Alvito, não se afigurando problemática a garantia de abastecimento aos agricultores na presente campanha.

- Caso 2 – Barragem de Arade (Aproveitamento Hidroagrícola de Silves, Lagoa e Portimão): embora as disponibilidades atuais sejam baixas face ao volume necessário para a campanha de rega, é possível o reforço a partir do Funcho.

- Caso 3 – Barragem de Lucefécit (Aproveitamento Hidroagrícola de Lucefécit) – talvez a situação mais crítica, com um armazenamento de 52 % do Nível Pleno de Armazenamento e uma garantia de campanha de rega de 60 %. Estão a ser equacionadas as medidas de rateio.

Do ponto de vista do acréscimo de consumo, por via da seca, a campanha de rega de 2011 ter-se-á prolongado para o ano de 2012, com pedidos de rega durante o inverno, nomeadamente para as culturas permanentes (olivais e pomares) e ainda para o final da campanha de Outono/Inverno (hortícolas).

Com o início da campanha de rega de 2012 e as consequentes inscrições dos regantes junto das Associações de Beneficiários, poder-se-á estimar com mais precisão a previsão de consumo e as necessidades de rateio face às disponibilidades hídricas nas albufeiras, assim como face à evolução das condições meteorológicas.

Mais crítica poderá ser a situação dos pequenos regadios individuais, cuja reserva de água é, normalmente, constituída para apenas um ano.

3. IMPACTO NA AGRICULTURA – Avaliação Regional

A informação disponibilizada neste momento é essencialmente qualitativa, devendo o próximo relatório quinzenal incorporar mais dados quantitativos, resultantes das avaliações que estão a ser efetuadas no terreno.

As informações numéricas que são já avançadas terão ainda que ser consolidadas e atualizadas em próximo relatório, pois a evolução das condições edafoclimáticas pode determinar significativas alterações. No entanto, ficam desde já localizadas as zonas de maior incidência dos efeitos da seca, as atividades mais prejudicadas e os sistemas de produção pecuária a ter mais em conta nesta conjuntura.

Os apuramentos reportam-se a 15 de fevereiro e as avaliações incidem principalmente sobre a primeira quinzena deste mês, período em que a situação agrícola se agravou significativamente.

Em síntese, podemos afirmar que, a nível agronómico, foram identificados os seguintes efeitos, até à data:

a) Escassez de alimentos naturais para animais (forragens, prados e pastagens permanentes), constituindo de momento o problema mais sentido ao nível do setor agrícola e estando os produtores a recorrer às reservas que detinham para o Verão e à aquisição de alimentos grosseiros (fenos, palhas e silagem) e de rações;

b) Aumento dos preços de alimentos grosseiros para animais – fenos e palhas -, o que acarreta acréscimo dos encargos com a alimentação animal;

c) Aumento da dotação de rega nas culturas de regadio de outono/inverno (hortícolas e culturas permanentes como os citrinos), com acréscimo de custos de produção (água e energia);

d) Previsíveis quebras de produção nos cereais de sequeiro de Outono/Inverno por se ter atingido uma situação irreversível de atrasos no desenvolvimento vegetativo;

e) A par da falta de pluviosidade, as temperaturas baixas têm gerado, em alguns pontos do país (particularmente Oeste e Algarve), quebras de produção de hortícolas, devido especialmente à geada negra;

f) As culturas permanentes que se encontram no estado de dormência não estão a ser afetadas, pois neste período a exigência de água é pequena.

Atendendo às diferenças existentes entre regiões, apresenta-se, de seguida, a descrição mais detalhada do que de mais importante ocorre em cada uma delas, o que apresenta a vantagem de permitir uma melhor compreensão da localização dos efeitos das condições de seca, não sendo possível evitar certas repetições, dado que alguns fenómenos observam-se de forma generalizada.

São identificados os danos decorrentes da falta de precipitação e, supletivamente é feita referência à ocorrência de danos provocados pelas geadas, na medida em que potenciam o aumento dos prejuízos.

3.1 Região Norte

3.1.1 Pastagens Naturais e Semeadas/ Culturas Forrageiras e Cereais para Grão

Os primeiros impactos da seca meteorológica, associada a temperaturas muito baixas, consubstanciam-se, essencialmente, a nível das disponibilidades forrageiras e pratenses das explorações agrícolas.

Os alimentos grosseiros (fenos palhas e silagens) para o efetivo pecuário, armazenados nas explorações, estão a ser gastos e os agricultores forçados a assumirem encargos adicionais, para garantirem a normal alimentação dos seus animais. Estima-se um aumento do consumo

dos alimentos grosseiros, entre 30 a 50%, relativamente a um ano normal e um aumento em 20% na compra de concentrados (rações industriais). O acréscimo de procura destes alimentos está a provocar um aumento do seu preço (ex. os fardos de palha e feno viram o seu preço aumentar em 20%).

Nas explorações que estão em regime de produção biológica ou produção integrada, existe dificuldade no cumprimento dos limites estabelecidos para a aquisição de alimentos, necessários à manutenção do efetivo pecuário.

À medida que a situação de seca aumenta e as disponibilidades forrageiras diminuem, poderá haver um desvio da produção de grão para forragem e/ou pastoreio em algumas searas, principalmente de centeio, trigo, cevada e aveia.

3.1.2 Sementeiras/Plantações e Recursos Hídricos

Poderão surgir situações em que os agricultores não vão arriscar efetuar as suas sementeiras ou plantações, dadas as perspetivas de indisponibilidade de água para as conduzir ao longo de um ciclo normal.

As culturas de regadio poderão também ser atingidas, quer por limitações introduzidas ao uso da água nos perímetros de rega, quer pelo esgotamento dos recursos hídricos em algumas zonas.

3.1.3 Citrinos e Hortícolas

Nas margens do rio Douro e seus afluentes, as baixas temperaturas provocaram danos nos citrinos, verificando-se em alguns locais prejuízos de 80%. Estima-se uma área afetada de 120ha.

Também em algumas culturas hortícolas (batata primor, feijão, couves, etc) se verificam dificuldades de germinação e desenvolvimento, que poderão determinar quebras de produção entre 20 a 40%.

3.1.4 Risco de Incêndios

O tempo seco está a originar um aumento progressivo do estado de secura do coberto vegetal, indicador da facilidade dos processos de ignição e propagação dos incêndios, situação que já tem reflexo no aumento do número de incêndios em espaços florestais, agrícolas e incultos, ocorridos nas últimas semanas. O número de incêndios ocorridos em janeiro e primeira quinzena de fevereiro, com maior incidência neste último período, foi superior ao que é normal suceder nestes meses.

3.2 Região Centro

3.2.1 Prados, Pastagens e Culturas Forrageiras

Este estado do tempo tem impedido o normal crescimento de prados, pastagens e culturas forrageiras (quase nula na Beira Serra e no Baixo e Riba Côa), observando-se uma fraca produção de massa forrageira, o que tem levado a um considerável aumento do recurso a rações industriais e a silagens, bem como das reservas de palhas e fenos armazenados para alimentação das diferentes espécies pecuárias. Estas reservas encontram-se, em muitas situações, quase esgotadas (Pinhal, Baixo Mondego,).

Os elevados custos das rações constituem uma sobrecarga de encargos para os agricultores. Na Campina e Campo Albicastrense está a fornecer-se aos ovinos e caprinos de leite e às vacas aleitantes alimento seco, em detrimento de componente verde, o que está a afetar a produção leiteira dos pequenos ruminantes. O mesmo não acontece com os bovinos de leite, pois estão a ser alimentados com silagem e pastagens de regadio.

A escassez de oferta de feno e o aumento da sua procura está a provocar aumentos significativos do seu preço, que chegou a atingir 80%.

3.2.2 Cereais de Outono/Inverno

As lavouras e sementeiras destas culturas decorreram com normalidade (com exceção do Baixo e Alto Mondego), tiveram geralmente uma boa germinação, contudo o seu desenvolvimento vegetativo manifesta um atraso dificilmente recuperável, que é atenuado nas zonas mais húmidas. Na zona de Dão e Lafões esperam-se quebras de produção da ordem de 20% face ao ano transato, no Pinhal cerca de 5%.

As áreas semeadas são idênticas às do ano anterior, sendo inferiores nas zonas da Beira Serra e da Cova da Beira e superiores nas de Cimo e Riba Côa. Nesta o aumento deve-se à procura de alimentos para animais (fenação, produção de silagem e a pastoreio direto) devido ao aumento do efetivo pecuário, principalmente de bovinos de carne.

Prevê-se o desvio de áreas semeadas com o objetivo de produção de grão para forragem ou mesmo pastoreio direto (Cova da Beira e Campina e Campo Albicastrense)

Nas zonas de Cimo e Riba Côa muitos produtores já encontram dificuldades em assegurar o abeberamento dos animais.

3.2.3 Citrinos e Hortícolas

Os pomares de citrinos, de uma maneira geral, apresentam bom estado vegetativo, boas produções e frutos com qualidade. Registam-se situações pontuais de queda de frutos e de folhas necrosadas em áreas sujeitas a geadas, Dão e Lafões. Na Campina e Campo

Albicastrense há pomares que estão a ser regados. No Pinhal Sul estima-se um acréscimo de produção de limão de 5%.

As culturas hortícolas no Baixo Vouga já se ressentem da falta de humidade (couves, grelos e nabos), na Campina e Campo Albicastrense também e no Baixo e Cimo Côa a área atingida pode aproximar-se dos 1500 hectares.

3.2.4 Recursos Hídricos

Regista-se falta de água nos poços e charcas e não reposição dos lençóis freáticos (Baixo Vouga, Alto e Baixo Mondego, Cimo e Riba Côa).

Na Cova da Beira as nascentes apresentam caudais iguais aos do verão, pela não reposição dos lençóis freáticos.

3.3 Lisboa e Vale do Tejo

Registaram-se geadas muito fortes nas zonas baixas e nas mais abrigadas, tendo até ocorrido algumas situações de geada negra.

O concelho de Peniche tem sido o mais afetado, revelando prejuízos, com maior gravidade na cultura da batata.

As condições meteorológicas permitiram a realização de todos os trabalhos com maior significado para a época, como empas e podas de formação e de condução em pomares e vinhas.

O risco duma rebentação precoce e irregular das culturas arbóreas e arbustivas que se verificava em Janeiro, com o consequente perigo para as florações, já não se coloca, uma vez que as baixas temperaturas fizeram com que as plantas permaneçam no estado de repouso vegetativo.

No caso da instalação de novas culturas, embora o estado do tempo continue favorável, existem contudo algumas limitações no que respeita ao teor de humidade superficial necessária à emergência das sementes e ao pegamento das plantações.

Os produtores de batata, em especial os da região do Oeste, anteciparam as plantações, dado temerem a continuação da ausência de precipitação por muito mais tempo.

3.3.1 Prados, Pastagens e Culturas Forrageiras

A precipitação caída entre 21 de outubro e 18 de dezembro e as temperaturas registadas até final de janeiro, superiores às normais para a época, permitiram um crescimento normal das culturas de sequeiro nesta região.

Atualmente é bastante fraco o desenvolvimento das forrageiras anuais e dos prados e pastagens devido à diminuição do teor de humidade dos solos, à ocorrência de temperaturas muito baixas, por vezes até negativas, e ainda às fortes geadas.

Muitas plantas morreram ou foram queimadas pelas geadas, pelo que a massa verde existente é muito reduzida. Alguns produtores estão a regar as áreas forrageiras para evitarem o recurso a mais ração, feno ou palha.

O recurso a rações industriais está a aumentar e a encarecer a produção.

Devido a esta situação tem-se assistido à tentativa de venda de mais cabeças de gado por parte dos produtores, para assim diminuírem os seus encargos. Por sua vez, os compradores de gado estão a manifestar menor interesse na compra de animais e a oferecerem preços mais reduzidos.

3.3.2 Cereais de outono/inverno

As culturas instaladas há mais tempo germinaram bem, o mesmo não acontecendo com as das sementeiras mais recentes, uma vez que a emergência das sementes tem sido dificultada, em muitos casos, pela crosta superficial que se formou nos solos. Houve produtores que, entretanto, desistiram de fazer as sementeiras.

Em ambas as situações o aspeto vegetativo das culturas é muito fraco. Também as fortes geadas ocorridas, quase todos os dias, têm contribuído para o enfraquecimento e destruição de algumas plantas que ficaram queimadas e irrecuperáveis.

No caso da aveia e do centeio estima-se uma manutenção da área em relação ao ano anterior e uma redução de 5 a 10% no trigo e de 10% no triticale. A quebra de produtividade da aveia deverá oscilar entre 30 e 40%.

3.3.3 Citrinos e Hortícolas

O aspeto e o desenvolvimento vegetativo dos pomares de citrinos podem-se considerar normais, assim como a qualidade da produção, em especial nos que são regados. No Médio Tejo os pomares já são regados desde o início deste mês.

Nos pomares de sequeiro o efeito da ausência de precipitação e das baixas temperaturas já provocou a queima de alguns frutos.

3.3.4 Recursos hídricos

A perda de água dos solos tem sido considerável, não havendo reposição.

As reservas superficiais, poços, charcas e linhas de água estão já abaixo da sua capacidade máxima, embora tenham sido abundantemente abastecidas no período que decorreu entre 16 de Outubro e 18 de Dezembro.

3.4 Alentejo

As fracas precipitações acumuladas até ao momento começam a ameaçar seriamente a próxima campanha de regadio, nomeadamente das culturas mais exigentes em água. Se nos sistemas de rega coletivos estatais a situação ainda não é muito preocupante, nas barragens privadas a situação é muito mais grave porque as reservas foram, de um modo geral, esgotadas na campanha anterior.

3.4.1 Prados, Pastagens e Culturas Forrageiras.

O estado do tempo continuou a influenciar negativamente o crescimento e produção de massa verde nos prados, pastagens e culturas forrageiras. O seu aspeto vegetativo é bastante fraco e insuficiente para a alimentação dos efetivos pecuários que estão a ser alimentados principalmente com as forragens colhidas e armazenadas no ano agrícola anterior (palhas, fenos e silagens) e com as ramas das podas dos montados e olivais.

Algumas explorações já esgotaram as suas reservas, estando desde há algum tempo a adquirir palhas e fenos no exterior, bem como alimentos compostos.

As culturas forrageiras anuais semeadas mais cedo germinaram bem, mas devido à permanente ausência de precipitação, ventos moderados a fortes e geadas contínuas têm tido um desenvolvimento muito fraco, comprometendo a possibilidade de pastoreio e a obtenção de massa verde para a produção de alimentos para conservar, fundamentais para fazer face à suplementação do próximo outono/inverno. As sementeiras efetuadas a partir do início de Dezembro germinaram muito mal estando a grande maioria delas comprometidas.

Verificou-se um acréscimo no preço do feno e da palha, comparativamente a semanas anteriores.

3.4.2 Cereais de Outono/Inverno

Apesar das fracas precipitações acumuladas a maioria das searas apresenta ainda um regular aspeto vegetativo, com exceção das implantadas em zonas de encosta e nos solos mais fracos, aonde a falta de humidade mais se tem feito sentir.

As culturas instaladas mais cedo, devido à existência de humidade nos solos e a alguma precipitação então ocorrida, germinaram bem e desenvolveram-se normalmente até ao aparecimento das primeiras geadas. Como a ausência de chuva não tem permitido a realização das adubações de cobertura o seu aspeto vegetativo tem vindo a piorar e caso não chova nos próximos dias a situação poderá tornar-se irreversível.

As sementeiras efetuadas a partir do início de Dezembro, especialmente no que se refere à cevada dística, tiveram uma péssima germinação. Alguns produtores optaram mesmo por não semear ou não concluir as sementeiras.

3.4.3 Citrinos

As geadas intensas têm afetado bastante os pomares de citrinos provocando a queda dos frutos e afetando a qualidade da produção.

O volume de produção deverá ser semelhante ao do ano anterior, mas com frutos de menor calibre. Devido à ausência de precipitação tem havido necessidade de efetuar regas.

Nota:

À presente data não existem diferenças significativas no estado das culturas entre as diferentes zonas homogéneas da região. Registam-se, sim, diferenças entre explorações em função sobretudo do tipo de solos – culturas instaladas ou pastagens naturais existentes em solos mais delgados ou em zonas mais declivosas, com menor poder de retenção de humidade, apresentam estados vegetativos mais comprometidos.

3.5 Algarve

Considerando o Algarve dividido em duas partes, uma no sentido de Faro para Barlavento até Sagres e outra de Faro para Sotavento até Alcoutim, verificamos que foram registadas temperaturas mínimas mais acentuadas nas estações meteorológicas da primeira, de cerca de -5º C. a -6º C. No sentido inverso apenas foram registadas temperaturas mínimas de -2ºC a -3ºC.

A conjugação das baixas temperaturas noturnas, com a diminuição da humidade relativa do ar, contribuiu decisivamente para a ocorrência de geadas (tendo-se registado geadas negras), provocando prejuízos nas principais produções vegetais da região.

3.5.1 Prados, pastagens e culturas forrageiras

A fraca queda pluviométrica registada após as sementeiras, agravada pela ausência de precipitação na primeira quinzena de fevereiro, conduziu a uma situação de fraco desenvolvimento e deterioração das pastagens, as quais, no mês anterior, já apresentavam um crescimento pouco pronunciado para a altura do ano, e que, presentemente, começam a definhar.

A ocorrência de temperaturas noturnas baixas e o aparecimento de fortes geadas influenciou também negativamente o desenvolvimento das pastagens, as quais em muitos casos ficaram completamente queimadas.

Tudo indica que, se não chover nos próximos dias, subsistirão poucas das pastagens de sequeiro que não foram completamente queimadas pela geada e que no presente momento ainda apresentam alguma hipótese de rebentação e crescimento.

Constata-se que as disponibilidades forrageiras são insuficientes para as necessidades dos efetivos pecuários existentes na Região, pelo que muitos criadores recorrem a palhas e fenos, armazenados ou comprados, e a rações industriais, sobretudo nas explorações que possuem maiores efetivos animais.

Existem indicações de subida de preços dos materiais enfardados, o que pode fazer perigar a alimentação dos animais devido ao aumento dos custos de produção. Há produtores que manifestam intenção de vender os animais para fazer face aos custos acrescidos.

3.5.2 Cereais de Outono/Inverno

A aveia apresenta um fraco desenvolvimento vegetativo, começou a definhar e a secar, havendo zonas em que foi queimada pelas geadas, prevendo-se uma produção insignificante nas restantes áreas.

Nas áreas de sementeira dos restantes cereais observa-se, também, um desenvolvimento muito deficiente, sendo a sua evolução preocupante.

3.5.3 Citrinos

Os pomares de citrinos apresentavam no mês anterior um bom vigor vegetativo, mas, devido à ocorrência de fortes geadas em fevereiro, o seu estado foi fortemente afetado, estimando-se uma quebra de produção sobretudo nas variedades de meia estação e nas tardias, atendendo a que a produção das variedades temporãs já estava colhida no período das geadas.

Constata-se que, sobretudo nos pomares situados nas zonas mais baixas, se verificam prejuízos muito avultados nos frutos, estando as folhas das plantas completamente queimadas, o que vai determinar que a próxima rebentação fique afetada, assim como a respetiva produção. As zonas mais afetadas são Silves, Tavira e Loulé.

3.5.4 Frutos Subtropicais (Abacates)

Verificam-se elevados prejuízos causados pelas geadas ao nível das plantas e dos frutos, sobretudo nas zonas mais baixas ou de meia encosta.

3.5.5 Horticultura

Registam-se prejuízos causados pelas geadas na horticultura de ar livre, com destaque para as culturas da fava, ervilha e batata.

De uma forma geral na horticultura em estufa, nas plantas que apresentavam maior porte, mais de 25 cm de altura, tais como tomate, pimento, pepino, feijão e melão, os prejuízos causados pela geada negra são avultados.

Já nas plantas que apresentavam pequeno porte, como por exemplo o melão, encontrando-se em muitos casos protegidas por manta térmica, não se verificam grandes prejuízos.

Na cultura do morango os prejuízos não são relevantes e na alface não são generalizados.

3.5.6 Prunóideas

Verificaram-se prejuízos causados pelas geadas em nectarinas que estavam na fase de floração.

3.5.7 Viveiros

Existem casos de viveiros de plantas ornamentais em que as plantas foram queimadas pela geada, tendo sido acionados os respetivos seguros.

4. OUTROS IMPACTOS

4.1 Fitossanidade e Geadas negras

Esta situação de tempo frio tem-se mantido o que, associado a valores muito baixos de humidade do ar, tem criado condições para a ocorrência de geada negra em algumas regiões do território.

Alertada para esta situação pelo IM, a DGADR, em estreita colaboração com as Estações de Avisos públicas e privadas do Serviço Nacional de Avisos Agrícolas (SNAA), tem vindo, desde o início do mês de fevereiro, a divulgar alertas aos agricultores, bem como medidas culturais para evitar prejuízos avultados resultantes destas condições climáticas adversas.

Para evitar estragos e prejuízos avultados, a DGADR tem divulgado meios de luta culturais, como os que, a título de exemplo, se transcrevem:

- As culturas de ar livre, sensíveis às geadas nesta altura do ano, em particular os citrinos, poderão ser protegidas com calda bordalesa alcalina para resistir melhor às mesmas;
- No caso de se tratar de árvores ainda pequenas, poderão ser cobertas com palha ou outras coberturas (plásticos, toldos, sacos), para minorar os efeitos da passagem das massas de ar anormalmente frias;
- Numa situação de risco grave poderão ser tomadas algumas medidas de proteção nas estufas, como, por exemplo, cobrir as plantas com palhas ou esteiras durante a noite, utilizar nebulizadores para produzir artificialmente o nevoeiro e o aquecimento artificial, sendo estes os meios de proteção mais eficazes.

Em determinadas culturas, as geadas promovem o aparecimento de fendas nos ramos e no tronco, que servem de locais de oviposição. É o caso particular do lepidóptero *Euzophera pinguins,* que ataca a cultura da oliveira, pelo que, no interior do país, as Estações de Avisos estão a seguir de perto a evolução dos níveis populacionais deste inimigo.

4.2 Fitossanidade e seca

Neste âmbito podemos considerar três situações distintas:

a) Doenças: embora os valores de humidade relativa baixos não tenham favorecido a dispersão do inóculo de determinadas doenças (exemplo: pedrado das pomóideas e míldio da vinha), não se pode desprezar o facto de que a falta de chuva nos meses de Inverno não contribuiu para a degradação das folhas que contém o inóculo.

Assim, se no início da primavera se verificarem valores de precipitação elevados, será necessária uma atenção reforçada para evitar, nessa altura do ano, grandes ataques de doenças cujo inóculo está neste momento a hibernar em folhas caídas no solo, que não se degradaram.

b) Pragas: relativamente às pragas existem, em particular, três questões que devem ser assinaladas:

b.1) A primeira está relacionada com as pragas que pupam no solo. Neste caso, os baixos valores de precipitação registados até à data não contribuem para que as pupas destes inimigos sejam atacadas por fungos e outros microrganismos existentes no solo. Assim, podemos ter na Primavera elevados níveis populacionais de adultos. No caso particular da mosca da fruta e tendo presente a situação fitossanitária de determinadas culturas em 2007 (pomóideas, prunóideas, vinha e citrinos), as Estações de Avisos públicas e privadas, coordenadas pela DGADR, estão a registar os dados biológicos das várias pragas que atacam as culturas chave de cada região, nos seus Postos de Observação biológicos (POB).

b.2) A segunda questão, que não deve ser descurada, é o possível aparecimento de pragas até agora secundárias e que ainda não se podem identificar, mas que, devido às situações climáticas adversas, podem temporariamente provocar prejuízos significativos.

b.3) A terceira, está relacionada com o facto das condições climáticas registadas (grandes amplitudes térmicas e baixos níveis de precipitação) conduzirem ao aparecimento precoce de determinados inimigos. É o caso particular da processionária do pinheiro (*Thaumetopoea pityocampa* Schiff.) cujos ataques são fortemente influenciados pelas condições meteorológicas (temperatura, insolação e precipitação). Neste caso, a precipitação funciona como um meio de luta físico natural, porque contribui para a destruição dos ninhos deste inimigo, e consequentemente para a diminuição dos seus níveis populacionais. Os baixos níveis de precipitação registados não têm promovido este controlo e por isso têm sido registados casos que podem ser considerados preocupantes do ponto de vista da saúde pública.

c) Infestantes: com os baixos valores de precipitação registados até à data as infestantes não têm sido um problema fitossanitário significativo. Contudo em certas situações, poderá ter que

ser equacionada a possibilidade da flora adventícia semeada ou espontânea competir com a cultura relativamente à água, em situações de stress hídrico, pelo que deveria ser equacionada a sua destruição mecânica ou química.

Provavelmente o PRODER terá de avaliar esta situação num futuro próximo, dado que existe uma medida que impede o controlo químico de infestantes nesta altura do ano.

4.3 Conservação da Natureza

Tal como na situação anterior também não se justificou ainda a atuação do ICNB no quadro da seca de 2012.

4.4 Prevenção e combate aos incêndios florestais

Atendendo à situação atual, mas dependendo da sua evolução, poderá existir um contínuo aumento do risco de incêndio e suscetibilidade aos agentes bióticos. Assim o grupo de trabalho irá produzir considerações e sugestões no sentido de analisar as possibilidades de intervenção consoante a sua razoabilidade, eficácia e pertinência, nomeadamente:

- Ponderar a antecipação do início do período crítico relativo à defesa da floresta contra incêndios;
- Intensificar as ações de sensibilização no âmbito da defesa da floresta contra incêndios;
- Intensificar as ações de fiscalização que englobam a defesa da floresta contra incêndios
- Estimativa do estado de declínio das florestas, direcionado para as coníferas, essencialmente dirigido para o Nemátodo da madeira do pinheiro.

5. MEDIDAS DE MITIGAÇÃO E APOIOS

A monitorização da situação da seca será efetuada através de relatórios de acompanhamento de base quinzenal, que passarão a semanais caso a situação se agrave. Com base nessa evolução, serão identificadas necessidades de apoio e acionamento de medidas excecionais, caso se venha a revelar necessário.

Está já identificado um conjunto de medidas baseadas em derrogações de natureza administrativa e/ou antecipação de ajudas comunitárias para fazer face ao aumento dos encargos dos agricultores, estando em avaliação, no âmbito do agravamento gradual da situação, a articulação também de medidas excecionais. Todas elas se encontram em estudo, necessitando algumas delas, de ser apresentadas à Comissão Europeia.

É importante realçar, que no atual momento e com os dados existentes, não se está ainda em condições de acionar as medidas elencadas abaixo, as quais dependem da gravidade e extensão da seca, de uma contabilização concreta e da sua avaliação e aprovação, em muitos casos, como atrás se referiu, pela Comissão Europeia.

A situação de seca por que Portugal passa será, no quadro dos contactos em curso com as instâncias comunitárias, agendada nas reuniões do Conselho de Ministro do Ambiente e do Conselho de Ministros da Agricultura da União Europeia que ocorrerão no mês de Março.

As medidas que estão em fase de avaliação são as que a seguir se descrevem.

5.1 Medidas de derrogação administrativa

- No caso do Modo de Produção Biológico, os Estados-Membros podem autorizar, temporariamente, a utilização, por operadores individuais, de alimentos não biológicos para animais, por um período de tempo limitado e relativamente a uma zona específica,
- Não penalização, por subutilização de direitos do prémio por ovelha e cabra e do prémio à vaca aleitante, por circunstâncias excecionais devidamente justificadas, acautelando situações em que os produtores não tenham condições de manter os animais necessários ao cumprimento do limite mínimo de utilização de direitos (atualmente 70% em Portugal), o que implicaria a perda dos direitos não utilizados para a Reserva Nacional.
- Medidas de exceção relativas a encabeçamentos nas Medidas Agro-Ambientais - MAA e Medidas para Zonas Desfavorecidas – MZD –, do PRODER, pedido pelo Estado Membro do reconhecimento da situação de exceção. A legislação incorpora situações de exceção que evitam penalização.
- Eventual adaptação da tabela de produção de referência, na Medida 2.2 MAA – Valorização de Modos de Produção, Ação 2.2.1 – Alteração de Modos de Produção Agrícola, do PRODER.
- Combate de infestantes na Medida 2.2 MAA – Valorização de Modos de Produção, Ação 2.2.1 – Alteração de Modos de Produção Agrícola, do PRODER.
- Flexibilizar prazos limite de investimento de agricultores individuais na Medida 1.1 Inovação e desenvolvimento empresarial do PRODER.
- Flexibilizar prazos limite de investimento de agricultores individuais na Medida 1.3 Promoção da competitividade florestal do PRODER.

5.2 Medidas de antecipação de pagamento de ajudas

- Tendo em vista assegurar uma disponibilização de meios financeiros aos produtores, que lhes permitam fazer face às dificuldades de tesouraria resultantes de acréscimos de encargos na alimentação animal e das perdas originadas pelo mau ano agrícola, pode ser equacionado pagar aos produtores de Portugal Continental os seguintes adiantamentos de prémios, a partir de 16 de Outubro de 2012 :
  a) 50% do Pagamento Único
  b) 50% do prémio por ovelha e cabra

a) Aumentar de 60% para 80% a possibilidade de adiantamento do prémio à vaca em aleitamento

Esta disposição, devidamente justificada e demonstrada com avaliação de impacto da seca para todo o território continental, ou delimitadas zonas específicas, deve ser solicitada à Comissão Europeia, para a respetiva implementação. É ainda de assinalar que esta possibilidade de proceder a adiantamentos está condicionada à conclusão prévia da totalidade dos controlos de cada regime de ajuda.

- Aumento da taxa de adiantamento das medidas agro-ambientais, em Setembro, de 70% para 75%, – [em avaliação decorrente da execução orçamental]

  Adiantamentos dos pagamentos das Medidas agro-Ambientais - MAA e Medidas para Zonas Desfavorecidas – MZD – , do PRODER. [em avaliação decorrente da execução orçamental]

5.3 Medidas excecionais

- Estabelecer abertura de candidaturas à medida 1.5 Restabelecimento do potencial produtivo do PRODER, após reconhecimento de situação grave; pagar reposição de plantações (cofinanciamento FEADER).
- Em função da auscultação ao setor produtivo e do possível agravamento da atual situação de seca, estão já em avaliação o acionamento de medidas de excecionais para fazer face ao acréscimo de custos de produção e de necessidades de aprovisionamento.

5.4 Medidas Divulgação

- Divulgação regular de orientações técnicas para adaptação e redução dos efeitos de seca: conjunto de boas práticas a divulgar em função das regiões e da evolução da situação.

Anexo I

		ARADE	AVE	CÁVADO	DOURO	GUADIANA	LIMA	MIRA	MONDEGO	RIBEIRAS DO ALGARVE	RIBEIRAS DO OESTE	SADO	TEJO	TOTAL
Capacidade Total		**76,1**	**21,1**	**1169,6**	**292,9**	**4583,6**	**405,5**	**486,6**	**508,2**	**34,8**	**7,9**	**618,4**	**2494,1**	**10698,8**
(10^6 m^3)														
Média	OUT	25,4	12	688,4	179,4	3275,3	243,6	343,8	329,2	19,7	3,6	268,8	1558,9	6948,1
(10^6 m^3)	NOV	26,7	13,7	744,3	181,8	3438,2	249,1	353,2	340,6	21	4,3	287,3	1623,9	7284,1
	DEZ	41,3	15	773,5	198,3	3455,5	253,5	367	351,8	23,5	4,6	336,8	1766,5	7587,3
	JAN	43,4	16	834,9	204,9	3681,8	257,1	385,3	363,5	26,7	5,2	379,2	1843,8	8041,8
	FEV	35,5	15,6	846,2	212	3768,8	257,6	393,8	380,1	28,4	5,3	402,5	1914,8	8260,6
	MAR	43,1	15,1	836,9	214,8	3594,0	280	398,2	396,1	28,5	5,3	414	1885,3	8111,3
	ABR	45	16,5	861,9	218,4	3895,1	313	400,9	446,6	28,5	5,5	421,9	1954,5	8607,8
	MAI	42,3	15,8	874	218,2	3747,9	311,9	396,8	456,6	28	5,2	405,9	1983,4	8486
	JUN	38,2	13,9	821,8	209,1	3555,4	297,8	382,7	439,5	25,7	4,9	367	1882,2	8038,2
	JUL	35,3	11,7	777,1	202,9	3307,1	273,4	364,5	396,6	24,2	4,6	325,8	1769	7492,2
	AGO	25,9	10,8	726,6	190,7	3416,4	251,4	359,2	351	20,4	4,1	284,7	1633,2	7274,4
	SET	23,8	10,1	679,6	179,3	3375,9	223,2	347,1	318,5	20	3,7	262,5	1541,5	6985,2
2010/11	OUT	26,7	13,5	678,5	166	3748,8	194,6	426,7	300,7	24,7	5,3	349,1	1541,8	7476,4
(10^6 m^3)	NOV	25,4	16,8	742	157,8	3705,1	224	425,1	368,4	24,6	5,4	353,3	1548,5	7596,4
	DEZ	43,9	18,5	777,9	190	4179,3	221,1	481,6	356,9	32,7	6,8	473,9	2059,5	8842,1
	JAN	54,4	15,7	845,9	209,8	4084,2	269,1	486,6	335,8	32,8	7,5	509,5	2210,6	9061,9
	FEV	55,1	18,7	846,2	235,8	4117,7	306,6	486,6	420,1	34,4	7,6	538,6	2284,3	9351,7
	MAR	55,8	15,6	795,9	238,5	4183,5	319	486,6	414,4	34,1	7,5	550,7	2234,7	9336,3
	ABR	56,8	16,4	779,5	218,5	4274,2	289,5	486,6	471,7	34,6	7,5	560,5	2257,5	9453,3
	MAI	55,9	14,5	760,8	220,7	4317,8	263,4	482	468,4	33,6	7,2	556,8	2165,3	9346,4
	JUN	50	13,3	729,2	202,9	4154,1	230,1	470,4	447	32	6,8	521,3	1942,9	8800
	JUL	42,4	11,9	693,7	167,8	3952	210,4	454,2	395,5	29,7	6,3	468	1809,7	8241,6
	AGO	34,6	10,3	648,8	167,2	3672,5	201,2	438,9	341,2	27,7	5,9	421,9	1654,1	7624,3
	SET	29,3	9	614,3	168,7	3668,8	176,4	428,5	319,1	26,2	5,6	391,9	1551,7	7389,5
2011/12	OUT	25,4	8,9	609,1	162,8	3584,8	147,6	422,3	305,9	25,2	5,4	380	1511,8	7189,2
(10^6 m^3)	NOV	28,2	14,9	631,3	152,9	3566,7	172,6	431,8	349,5	28	6,3	397,1	1693,8	7473,1
	DEZ	25,9	15,3	661,5	154,4	3534,9	218,6	430,2	402,1	28,3	6,1	398,5	1726,6	7602,4
	JAN	24,5	15,7	653,7	158,6	3565,1	176,1	427,9	425,2	28,4	5,9	388,9	1715	7585
Percentagem														
Cap. Total em jan	**%**	**32,2**	**74,4**	**55,9**	**54,1**	**77,8**	**43,4**	**87,9**	**83,7**	**81,6**	**74,7**	**62,9**	**68,8**	**70,9**

Anexo II

Fenareg

Campanha de Rega
2012

Escala de Risco
- Extremo
- Elevado
- Moderado
- Normal

13-02-2012

	Associação de Beneficiários*	Barragem	Capacidade total da albufeira (m³)	Volume armazenado (m³)	(%)	Garantia campanha de rega (%) 2012
1	Alvor	Bravura	34.825.000	28.440.000	82	100
2	Caia	Caia	203.000.000	135.898.000	67	100
3	Campilhas e Alto Sado	Campilhas	27.156.000	14.978.000	55	90
		Monte da Rocha	102.760.000	80.580.000	78	100
		Fonte Serne	5.150.000	3.355.000	65	70
		Monte Gato	596.544	542.421	91	100
		Miguéis	939.000	823.826	88	100
4	Divor	Divor	11.900.000	8.833.000	74	100
5	Idanha-a-Nova	Idanha	78.100.000	67.960.000	87	100
6	Lucefecit	Lucefecit	10.225.000	5.424.000	53	60
7	Minutos	Minutos	52.200.000	46.000.000	88	100
8	Mira	Santa Clara	465.000.000	426.311.000	88	100
		Corte Brique	1.632.000	1.564.000	96	100
9	Odivelas*	Odivelas	96.000.000	40.380.000	42	35
10	Roxo	Roxo	96.312.000	62.877.000	65	100
11	Silves, Lagoa e Portimão**	Arade	28.390.000	8.208.000	29	50
12	Vale do Sado	Pego do Altar	94.000.000	58.544.000	62	95
		Vale do Gato	63.000.000	44.750.000	71	95
13	Vale do Sorraia	Magos	3.400.000	3.400.000	100	100
		Montargil	164.371.000	141.463.000	86	100
		Maranhão	205.398.000	141.320.000	69	100
14	Vigia	Vigia	16.725.000	10.009.000	60	100
15	Xévora	Abrilongo	18.900.000	18.900.000	100	100
16	Junta de Regantes de Lavre	Freixeirinha	6.200.000	6.200.000	100	100
17	Sotavento Algarvio	n.a.				
18	Baixo Mondego	n.a.				
19	Leziria G. Vila Franca de Xira	n.a.				
20	Vale do Lis	n.a.				
21	Cela	n.a.				
22	Ardila e Enxoé	n.a.				

n.a. - Não avaliado (Captação em curso de água)

*Associadas da FENAREG

* sem recurso a Alvito

** sem recurso a Funcho

Em Observatório:	Capacidade total da albufeira (m³)	Volume armazenado (m³)	(%)
Alqueva	4.150.000.000	3.259.641.000	79
Alvito	132.500.000	81.939.000	62
Funcho	47.720.000	16.307.000	34